

O INTEGRALISMO NO PARANÁ: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS RELAÇÕES DE PODER E PARENTESCO (1932–1937)¹

Natália Cristina Granato²

RESUMO

Este artigo analisa a Ação Integralista Brasileira (AIB) no Paraná a partir de uma abordagem prosopográfica, enfatizando as redes de parentesco, alianças familiares e conexões institucionais que sustentaram a difusão do integralismo no campo do poder estadual durante a década de 1930. Partindo da hipótese de que o integralismo paranaense não pode ser compreendido apenas como um movimento ideológico, mas como uma estratégia de recomposição de elites políticas deslocadas após a Revolução de 1930, a pesquisa investiga como famílias tradicionais, antigos republicanos e segmentos da intelectualidade se articularam à AIB para preservar ou recuperar posições de influência. O estudo focaliza trajetórias individuais e coletivas de 10 lideranças integralistas no Paraná, evidenciando seus vínculos genealógicos com antigas oligarquias estaduais. No Paraná, o integralismo encontrou terreno fértil em cidades como Curitiba, Ponta Grossa, Rio Negro e Paranaguá, nas quais as classes dominantes locais mobilizaram a AIB como plataforma de organização e disputa de poder. A pesquisa mostra que o rápido crescimento do movimento esteve diretamente relacionado ao incremento de capitais sociais, familiares, políticos, intelectuais e econômicos dos agentes integralistas. O trabalho também analisa as disputas entre as redes integralistas e a hegemonia política do interventor Manoel Ribas.

Palavras-chave: Integralismo. Política Paranaense. Genealogia.

INTEGRALISM IN PARANÁ: AN ANALYSIS BASED ON POWER AND KINSHIP RELATIONS (1932–1937)

ABSTRACT

This article analyzes the Brazilian Integralist Action (AIB) in Paraná from a prosopographical approach, emphasizing the kinship networks, family alliances, and institutional connections that sustained the diffusion of Integralism in the field of state power during the 1930s. Starting from the hypothesis that Integralism in Paraná cannot be understood solely as an ideological movement, but as a strategy for recomposing political elites displaced after the 1930 Revolution, the research investigates how traditional families, former republicans, and segments of the intelligentsia articulated themselves with the AIB to preserve or recover positions of influence. The study focuses on the individual and collective trajectories of 10 Integralist leaders in Paraná, highlighting their genealogical links with old state oligarchies. In Paraná, Integralism found fertile ground in cities such as Curitiba, Ponta Grossa, Rio Negro, and Paranaguá, where the local dominant classes mobilized the AIB as a platform for organization and power struggles. Research shows that the rapid growth of the movement was directly related to the increase in social, familial, political, intellectual, and economic capital of the Integralist agents. The work also analyzes the disputes between the Integralist networks and the political hegemony of the interventor Manoel Ribas.

Keywords: Integralism. Politics in Paraná. Genealogy.

¹ Uma versão preliminar do conteúdo foi desenvolvida na Tese defendida pela autora (GRANATO, 2021) e no evento 14º Seminário Nacional Sociologia e Política- GT 01: Instituições e Poder: Parentescos e Genealogia.

² Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Professora QPM de Sociologia na Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Professora Substituta do Departamento de Teoria e Prática de Ensino do Setor de Educação da UFPR. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6090-0428> E-mail para contato: nataliagranato@hotmail.com

Introdução

O presente artigo objetiva analisar a Ação Integralista Brasileira (AIB) no Paraná a partir de uma abordagem prosopográfica, enfatizando as redes de parentesco, alianças familiares e conexões institucionais que sustentaram a difusão do integralismo no campo do poder estadual durante a década de 1930. Partindo da hipótese de que o integralismo paranaense não pode ser compreendido apenas como um movimento ideológico, mas como uma estratégia de recomposição de elites políticas deslocadas após a Revolução de 1930, a pesquisa investiga como famílias tradicionais, antigos republicanos e segmentos da intelectualidade se articularam à AIB para preservar ou recuperar posições de influência. O estudo focaliza trajetórias individuais e coletivas de lideranças integralistas no Paraná, como Brasil Pinheiro Machado, João Alves da Rocha Loures Sobrinho, Caetano Munhoz da Rocha e Raul Munhoz, evidenciando seus vínculos genealógicos com antigas oligarquias estaduais, observando-se a recorrência das famílias Guimarães, Rocha Loures, Camargo e Ribas. No Paraná, o integralismo encontrou terreno fértil em cidades como Curitiba, Ponta Grossa, Rio Negro e Paranaguá, nas quais as classes dominantes locais mobilizaram a AIB como plataforma de organização e disputa de poder. A pesquisa mostra que o rápido crescimento do movimento, que chegou a dezenas de milhares de filiados no estado, esteve diretamente relacionado ao incremento de capitais sociais, familiares, políticos, intelectuais e econômicos dos agentes integralistas. O trabalho também pretende abordar as disputas entre as redes integralistas e a hegemonia política do interventor Manoel Ribas.

Com base no referencial teórico de Pierre Bourdieu (2011; 1989; 2009), buscaremos identificar os capitais sociais, econômicos e políticos mobilizados por esses agentes a partir do levantamento de dados biográficos.

De acordo com Pierre Bourdieu (1998, p. 190), é possível reconhecer os “deslocamentos no espaço social” dos agentes no campo político por meio da análise das diferentes espécies de capitais em disputa. O campo político, assim como os demais campos sociais, configura-se como um espaço de forças e conflitos, no qual os agentes travam disputas. Estes agentes em luta são detentores de capitais políticos desiguais (Bourdieu, 2011).

Bourdieu associa o campo de poder ao conceito de “classe dominante”, entendendo-o como uma “população verdadeiramente real” que controla o poder em função da quantidade de “força social” (ou capital) vinculada à sua posição social. Dessa maneira, essa classe possui

vantagens em relação às demais desde sua inserção nas disputas pelo “monopólio do poder” (Bourdieu, 1989, p. 28). Nesse sentido, a análise das lutas políticas deve considerar os condicionantes econômicos e sociais dos agentes inseridos no campo político.

Investigar as posições ocupadas pelos agentes políticos no macrocosmo social, articulando os campos político, econômico, social e cultural, bem como suas posições no microcosmo (o próprio campo político), constitui uma tarefa fundamental para as pesquisas sobre o poder.

Também utilizamos o método prosopográfico (Stone, 2011) para reunir informações como local e ano de nascimento, formação, trajetória profissional, capitais econômicos, principais cargos políticos exercidos e redes familiares e sociais dos membros da Ação Integralista Brasileira no campo político paranaense.

Segundo Lawrence Stone (2011), o método prosopográfico, ou biografia coletiva, consiste na investigação das características comuns de um grupo de atores por meio da análise conjunta de suas trajetórias de vida. Em diálogo com as obras de Giovanni Levi e Pierre Bourdieu, Lorena Madruga Monteiro (2014, p.15) assinala que a biografia não se limita à representação de um indivíduo isolado, mas expressa, sobretudo, um sujeito que reúne em si características compartilhadas por um grupo, isto é, que reflete a própria estrutura social. Nesse sentido, a biografia oferece dados objetivados sobre determinado indivíduo, evidenciando disposições socialmente construídas que orientam sua posição no mundo social. Assim, as informações biográficas permitem identificar trajetórias semelhantes, ancoradas em princípios geradores comuns, ou seja, em um *habitus* compartilhado por aqueles pertencentes ao mesmo grupo social.

No decorrer deste trabalho, identificamos a Ação Integralista Brasileira no Paraná como uma mobilização das elites tradicionais, como as famílias Guimarães, Rocha Loures e Ribas, como uma das tentativas de recomposição de poderes após a Revolução de 1930. Com base no referencial de Pierre Bourdieu, assinala-se que o crescimento do movimento esteve diretamente ligado à mobilização de capitais sociais, econômicos e políticos por esses agentes, cujas trajetórias coletivas são investigadas pelo método prosopográfico. Dessa forma, o integralismo paranaense é compreendido não apenas como ideologia, mas como um campo de lutas e alianças familiares no espaço do poder estadual.

O Integralismo e a sua organização no Paraná

O integralismo foi uma das forças que surgiram com a decadência das legiões revolucionárias tenentistas, que perderam espaço no decorrer do Governo Provisório de Vargas. Com o lema “Deus, Pátria e Família”, seu símbolo era um sigma do alfabeto grego e sua saudação era o braço levantado e a mão aberta, seguido do grito de guerra tupi: Anauê (Silva, 1969, p.38).

A Ação Integralista Brasileira surgiu em 1932, através da ação da intelectualidade conservadora de São Paulo, liderada por Plínio Salgado. O integralismo unia aspirações fascistas em prol de uma política disciplinada e de uma sociedade autoritária, com grande interesse pelo passado nacional e pelo resgate das culturas indígenas (Levine, 1980, p.51).

Seu programa resumia-se na proposição de uma nova moralidade, resgatando o homem em sua plenitude e integridade, de uma organização econômica anti-liberal e de uma democracia corporativa com harmonia entre as classes. No final de 1934, a AIB contava com cerca de 180.000 membros. As células da AIB tinham os próprios depósitos de armas, leves e pesadas.

O Manifesto da Ação Integralista Brasileira foi publicado em variados periódicos em maio de 1933, entre eles o jornal paranaense O Dia (O Dia. Ação Integralista Brasileira. Curitiba, 23.mai.1933). Ele se dirigia a todas as classes sociais, do operariado aos “homens de cultura e pensamento”, da juventude aos membros das forças armadas, enaltecendo o “espírito bandeirante” que “iluminou o Brasil do século XVII” e ressurgiu para “criar uma grande pátria no século XX”.

No seu primeiro parágrafo, denominado de “Concepção do universo e do homem”, o manifesto preconiza que “Deus dirige os destinos dos povos” e os homens devem praticar na Terra as virtudes relacionadas ao trabalho, à família, a pátria e à sociedade, tendo por fim o bem-estar da nação. Em seguida, o segundo parágrafo assinala que a nação brasileira deve ser “organizada, una, indivisível, forte, poderosa, rica, próspera e feliz”.

Neste contexto, unidade é sinônimo de um país sem nenhuma divisão: de estados, de partidos políticos, de classes e de indivíduos que agem em prol das ambições pessoais. A “solução” proposta pelo manifesto integralista contra as divisões existentes estava apoiada sobre a ideia de organização em classes profissionais, que elegeriam os seus representantes, provenientes de um Partido Único, da seguinte forma:

Cada brasileiro se inscreverá na sua classe. Essas classes elegem, cada uma por si, seus representantes nas Câmaras Municipais e nos Congressos Gerais. Os eleitos para as Câmaras Municipais elegem o prefeito. Os eleitos para os Congressos Provinciais elegem o governador da província. Os eleitos para os Congressos Nacionais elegem o Chefe da Nação, perante o qual respondem os ministros de sua livre escolha (O Dia. Ação Integralista Brasileira. Curitiba, 23.mai.1933)

O progresso da nação dependeria do “princípio da autoridade”, que tomasse decisões em benefício de todos evitando que “ricos, poderosos, estrangeiros e grupos políticos exerçam sua influência nas decisões do governo, prejudicando os interesses fundamentais da Nação” (O Dia. Ação Integralista Brasileira. Curitiba, 23.mai.1933). Para isto, seria fundamental que os valores da hierarquia e da disciplina fossem respeitados pela coletividade brasileira.

O nacionalismo integralista combatia o cosmopolitismo e a influência estrangeira enraizados “principalmente em nossa burguesia, influenciada por uma civilização em crise na Europa e nos Estados Unidos”. Segundo o manifesto:

Os brasileiros das cidades não conhecem os pensadores, escritores e poetas nacionais. Envergonham-se do caboclo e do negro da nossa terra. Adquiriram hábitos cosmopolitas. Desprezam as tradições nacionais e engrandecem tudo o que é estrangeiro.

Levantamo-nos num grande movimento nacionalista para afirmar o valor do Brasil e de tudo o que é útil e belo no caráter e nos costumes brasileiros. Para unir todos os brasileiros num só espírito: o caboclo amazônico, o nordestino, o sertanejo, o operariado, a mocidade, os trabalhadores, os soldados — todos os que têm no coração o amor pela Pátria.

O nacionalismo, para nós, não é apenas o culto da bandeira e do hino: é a profunda consciência das necessidades, das aspirações e do valor da Pátria (Adaptado de O Dia. Ação Integralista Brasileira. Curitiba, 23.mai.1933).

Quanto à organização política, o Manifesto Integralista reforça que o movimento não reconhecia partidos políticos e divisionismos regionais. Sua propaganda preconizava a necessidade da união brasileira “pela família, pela propriedade, pela organização das classes, pela extinção dos partidos, pela moral religiosa e pela participação dos intelectuais no governo” (O Dia. Ação Integralista Brasileira. Curitiba, 23.mai.1933).

Outra ênfase do Manifesto Integralista refere-se à aversão ao comunismo, que não seria a solução para a questão social, pois ele “destrói a família, a religião e a liberdade individual” (O Dia. Ação Integralista Brasileira. Curitiba, 23.mai.1933). Cada classe pode ascender socialmente de acordo com às suas capacidades, salários justos e valorização do trabalho, em um cenário de cooperação e justiça.

O primórdio do integralismo no Paraná foi marcado pela publicação do artigo “Introdução ao Integralismo”, de autoria de Brasil Pinheiro Machado, no periódico “Diário dos Campos”, de Ponta Grossa (Marchette, 2010), cidade na qual o integralismo possuía grande vitalidade.

Pinheiro Machado foi um dos fundadores do primeiro núcleo integralista no estado, conforme demonstra a seguinte publicação do jornal O Dia em junho de 1934:

AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA – CONVITE

São convidadas todas as pessoas que estiverem de acordo com as ideias e postulados da Ação Integralista Brasileira para uma reunião a realizar-se nesta capital no dia 22 do corrente mês, sexta-feira, à hora 20 (8 horas da noite), nos salões da Sociedade Thalia, a fim de se fundar o primeiro núcleo integralista do Paraná.

Não se trata da organização de um partido político para apoiar ou hostilizar o governo. A Ação Integralista Brasileira não é um partido. É um movimento: movimento de cultura, disciplina, civismo, brasilidade, união nacional, solidamente articulado no país, visando à defesa da Grande Pátria, una e indivisível, e à realização do Estado Integral, baseada na doutrina nacional corporativa (Adaptado de O Dia. Ação Integralista Brasileira – Convite. Curitiba, 19.jun.1934, p.8)

Membros da União Republicana Paranaense, tais como João Braga e Caetano Munhoz da Rocha, faziam declarações de simpatia ao fascismo italiano. Em uma dessas ocasiões, o ex-presidente do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha, declarou: “Não me esqueci, um instante, do que observei e anotei na Itália de Mussolini. O Brasil só criará juízo, só será feliz, quando o fascismo dominar” (Correio do Paraná. A fallencia do governo, 17.ago.1934, p.1).

Uma conferência foi organizada para receber Plínio Salgado em Curitiba, com a presença de líderes da Ação Integralista Brasileira (AIB), organizados nos estados, com os seguintes nomes: Antônio Figueiredo (AIB-SP), Miguel Reale (AIB-SP), Vieira de Alencar (AIB-PR), Rocha Loures Sobrinho (AIB-PR), João Alves da Rocha Loures (AIB-PR), entre outros (O Dia. Chegará hoje a esta capital Plínio Salgado, o chefe do integralismo nacional. 18.set.1934). Promoveu-se um comício, com início na sede da Ação Integralista Brasileira no Paraná, localizada na Rua Barão do Rio Branco, e prosseguiu até o “Grande Hotel Moderno”. O discurso público de Plínio Salgado foi aplaudido por uma multidão. O jornal O Dia o descreveu da seguinte maneira:

“Foi uma longa, vibrante, eloquentíssima oração, em que, estudando a situação do Brasil em face do Capitalismo estrangeiro e da propaganda

comunista, mostrou a beleza e a oportunidade da aplicação dos princípios que vem pregando para a realização de uma pátria melhor fortalecida para a união de seus filhos e pela exata consciência de sua missão histórica” (O Dia. Curitiba recebeu triunfalmente Plínio Salgado, o chefe do integralismo nacional. 19.set.1934, p.2).

O integralismo possuía como premissas o antipartidarismo e o antiliberalismo, pois ambos operavam a partir da lógica dos interesses individuais, danificando a democracia. Como alternativa, esta ideologia preconizava o sistema de representação corporativa e sindical, oposta aos partidos que representavam os interesses regionais, em detrimento da coletividade e da nação. A AIB como uma reação à participação das classes médias e populares no cenário político, dado o elitismo dos princípios integralistas (Souza, 1976, p.75).

Conforme já assinalamos, o integralismo foi uma das forças que surgiram com a decadência das legiões tenentistas. Uma das lideranças da Legião Revolucionária Paranaense, o ervateiro Eugênio La Maison, era chefe da AIB no município de Rio Negro. Segundo Rafael Athaídes (2012, p.115), Rio Negro era o segundo maior núcleo integralista do Paraná, atrás apenas de Ponta Grossa. La Maison conseguiu angariar recordes de filiações em Rio Negro (800 membros para uma população de 19.500 habitantes), São Matheus do Sul e Piên (Athaídes, 2012, p.117).

Alguns autores associam o movimento integralista à ação política dos imigrantes e seus descendentes. Segundo Robert Levine (1980, p.51), a União Central dos Poloneses do Brasil, com sede em Curitiba, organizava reuniões de fascistas poloneses.

Frente a este cenário, os governadores combatiam a AIB através da invasão de comícios e células integralistas, agindo de maneira independente. Esse foi o caso de Juracy Magalhães, na Bahia, Benedito Valladares, em Minas Gerais, Aristiliano Ramos e Nereu Ramos em Santa Catarina e Manoel Ribas, no Paraná (LEVINE, 1980). Mesmo com ações de contenção ao movimento, o integralismo prosperou nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas (Levine, 1980, p.145).

Especialmente nos estados de Santa Catarina e Paraná as medidas anti-integralistas eram de suma importância, devido ao crescimento vertiginoso do movimento (Levine, 1980).

A Ação Integralista Brasileira chegou a ter 10 mil filiados no Paraná, no ano de 1935 (ATHAÍDES, 2012, p.14). Esse fenômeno de crescente filiação ao integralismo era nacional. Segundo Robert Levine (1980), ao final do ano de 1934, a AIB contava com aproximadamente 180 mil inscritos. A grande infiltração integralista nas Forças Armadas também era evidente. A

Marinha chegou a ter 75% dos seus membros filiados à AIB. O integralismo também possuía aliados na Igreja Católica.

Outro grupo que se organizava para retomar os seus postos de prestígio era o antigo bloco republicano, com alguns de seus membros afastados do poder dominante com a Revolução de 1930. Agremiaram-se na União Republicana Paranaense (URP). Não por um acaso, alguns políticos republicanos tradicionais associaram-se ao integralismo, disseminando as ideias de líderes fascistas como Benito Mussolini.

O professor Brasil Pinheiro Machado e outras lideranças do integralismo paranaense, como João Alves da Rocha Loures Sobrinho, eram entusiastas das teorias que envolviam a noção de superioridade da sociedade em relação aos indivíduos, destacando que os irracionalismos dos indivíduos seriam neutralizados pela consciência coletiva que amalgamaria as emoções e sentimentos dos componentes das massas (Athaídes, 2012, p.15).

A disseminação da ideologia integralista foi concretizada através do periódico “A Razão”, publicado em Curitiba a partir de 1935. Artigos de Plínio Salgado eram publicados com direcionamento aos operários e aos católicos, enaltecendo a importância destes grupos para a nação brasileira. O periódico também publicava artigos com críticas à democracia liberal, propondo uma nova organização social do Brasil (Athaídes, 2013). O integralismo agregou uma parte da intelectualidade, reunindo professores da Universidade do Paraná, incluído também juristas e jornalistas.

Os professores integralistas correspondiam a Brasil Pinheiro Machado, Vieira de Alencar e Waldemar Grummt (Athaídes, 2012, p.153). Nomes da intelectualidade como Oliveira Franco Sobrinho, Jorge Lacerda e Ernani Santiago de Oliveira também prestigiavam as ideias fascistas (Athaídes, 2012, p.177).

Brasil Pinheiro Machado era sobrinho de Flavio Carvalho Guimarães, senador pelo PSD. Portador do Título Cardoso Lima, era filho de Brasil Ribas Pinheiro Machado e Maria Eugênia Guimarães Pinheiro Machado (Negrão, 1946, p.153). As conexões políticas da família Guimarães já foram elencadas na análise da trajetória de Flávio Guimarães. Nascido no ano de 1907 na cidade de Ponta Grossa, bacharelou-se em Direito no Rio de Janeiro, no ano de 1930. Em 1932, foi nomeado Prefeito de Ponta Grossa pelo interventor Manoel Ribas. Desde então, passou a militar nas fileiras do PSD (Carneiro; Vargas, 1994). A trajetória de Pinheiro Machado indica a aproximação de membros próximos a Ribas com o integralismo, militando em duas organizações ao mesmo tempo: o PSD e a AIB.

Parte significativa da classe política aderiu ao integralismo. Esse foi o caso do deputado constituinte Raul Munhoz, membro do PSD que se desfilou do partido após desentendimentos com Manoel Ribas. Outro nome que foi considerado integralista foi Plínio Tourinho (Athaídes, 2012, p.178). No entanto, Plínio Tourinho possuía atividades políticas isentas, registrando em alguns momentos apoio e solidariedade à Aliança Nacional Libertadora, como veremos adiante.

João Alves da Rocha Loures Sobrinho era a principal liderança integralista no Norte do Paraná. Secretário do Departamento Universitário, João Loures era um dos defensores da federalização da Universidade do Paraná. O jovem integralista era um grande entusiasta das ideias do filósofo José Ortega y Gasset, ministrando aulas de História e Sociologia na sede da AIB (Athaídes, 2012, p.153).

João Alves da Rocha Loures era filho de Jesuino Alves da Rocha Loures e de Francica Ferreira de Siqueira Loures. Nascido em Palmeira no ano de 1900, era portador do Título Carrasco dos Reis (Negrão, 1926, p.463). Seu irmão, Josino Alves da Rocha Loures, foi deputado federal pelo Partido Republicano entre 1954 e 1958. Também possui parentesco com Vespertino Ferreira Pimpão e Nilson Ribas, deputados estaduais pelo PR em legislaturas posteriores (Pieruccini, 1995). Todos os membros citados possuem parentesco com o ex-presidente do Paraná Affonso Camargo, deposto pela Revolução de 1930.

João Loures se formou em Direito, exercendo a magistratura em Clevelândia e Palmas, sendo transferido para Curitiba por intermédio de Marins Camargo, irmão do então presidente do Paraná Affonso Camargo. Combateu a Coluna Prestes ao lado das forças comandadas por Rondon. Na década de 1930, tornou-se professor de Direito na Universidade do Paraná e em 1951 foi nomeado desembargador do Tribunal de Justiça.

Juntamente com João Alves da Rocha Loures, muitos políticos republicanos possuíam atividades integralistas. Essa vinculação era muito explorada pelo periódico *Correio do Paraná*, jornal de apoio às oposições de Ribas, sejam elas vinculadas aos irmãos Tourinho ou atreladas ao tenentismo revolucionário. Segundo o periódico, entre os simpatizantes do fascismo, encontravam-se Caetano Munhoz da Rocha, Ivo Leão e João Braga. Atribui-se ao ex-presidente Munhoz da Rocha a seguinte frase: “Não me esqueci, um instante, do que observei e anotei na Itália de Mussolini: O Brasil só criará juízo, só será feliz, quando o fascismo dominar” (*Correio do Paraná*. A fallencia do governo. 17.ago.1934, p.1, grifos no original).

Caetano Munhoz da Rocha nasceu em Antonina no ano de 1879, filho de Bento Munhoz da Rocha e Maria Leocádia Munhoz Carneiro. Membro de uma família estabelecida no Paraná

desde meados do século XVIII, quando o espanhol Bento Antônio Munhoz e sua esposa Michielina Assumpção passaram a residir no Paraná (Oliveira, 2000, p.392). Desde então, o acúmulo de capitais políticos, econômicos e culturais teve ascensão progressiva. Através do casamento entre Florêncio José Munhoz (filho de Bento Antônio Munhoz) com Luízia Licia de Lima (descendente de Mateus Leme e Baltazar Carrasco dos Reis), a família integra o ramo dos primeiros povoadores de Curitiba, sendo detentora do título genealógico Carrasco dos Reis (Oliveira, 2000, p.392). Ao longo de sua trajetória, Caetano Munhoz casou-se por três vezes. Sua primeira esposa foi Olga de Souza. Contraiu sua segunda núpcia com Domitila Almeida, filha do Coronel Alfredo Xavier de Almeida e Maria Lúcia Grein de Almeida (Goulart, 2008, p.197). Casou-se pela terceira vez com Sílvia Lacerda Braga, filha do Coronel Antonio da Cunha Braga e Vitória de Lacerda Braga (Goulart, 2008, p.197). Teve, ao todo, 21 filhos, um deles foi Bento Munhoz da Rocha Neto (casado com Flora Camargo Munhoz da Rocha, filha de Afonso Camargo, aliado de Caetano Munhoz da Rocha, conforme o visto anteriormente), deputado federal constituinte em 1946, governador do Paraná, pelo Partido Republicano, de 1951 e 1955, ministro da Agricultura, governo Café Filho, 1955, e deputado federal de 1959 a 1962, pelo Partido Republicano. Possui outros familiares influentes no campo político paranaense. Sua irmã, Francisca Munhoz da Rocha, casou-se com Carlos Cavalcanti de Albuquerque, ex-presidente do Paraná e senador (Oliveira, 2000, p.392).

Caetano Munhoz da Rocha formou-se em Medicina, na Faculdade Nacional de Medicina, localizada no Rio de Janeiro, em 1902. Atuou como Médico na Santa Casa de Misericórdia e Inspetoria de Saúde dos Portos e Ervateiro. Sua família foi responsável pela introdução da tecnologia do vapor na indústria do mate (Oliveira, 2000, p.392). Acumulou capitais culturais notáveis, pertencendo ao Círculo dos Estudos Bandeirantes e ao Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, sendo presidente deste em 1919 (Casa Civil³). Ocupou diversos cargos ao longo de sua carreira política. Foi Deputado Estadual, Partido Republicano, de 1904 a 1917. Também exerceu o cargo de Prefeito de Paranaguá, Paraná durante duas gestões, de 1908 a 1912 e de 1912 a 1915. Foi vice-presidente do Paraná, de 1916 a 1920, paralelamente ao exercício do cargo de Secretário da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas, no governo de Afonso Camargo, Presidente do Paraná, de 1920 a 1928, e Senador, de 1928 a 1930. Seu mandato de senador foi cassado pela Revolução de 1930. Devido ao fato de ser ex-

³ CASA CIVIL. Caetano Munhoz da Rocha. Disponível em: <https://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Caetano-Munhoz-da-Rocha> . Acesso em: 20.abr.2026.

presidente do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha, apresentou-se à polícia e às autoridades revolucionárias no dia 11 de novembro de 1930, sendo preso temporariamente e liberado pelo chefe de polícia, o coronel Viégas da Silva, algumas horas depois (O Dia, 12 de novembro de 1930, p.1). No retorno à política, foi eleito deputado estadual pela União Republicana Paranaense, reunião de políticos que exerciam poder no período pré-1930 que exercia oposição a Getúlio Vargas. Com o Estado Novo, teve o seu mandato cassado (Casa Civil, Goulart, 2008, Oliveira, 2000, Dhbb- Cpdoc Fgv). Retomou à carreira política em pouco tempo, quando foi convidado a exercer a presidência do Departamento Administrativo do Estado de 1939 a 1940 (Dagostim, 2011, p.158), durante o Estado Novo.

A composição do núcleo da Ação Integralista Brasileira em Ponta Grossa ocorreu a partir de 1932, e o maior líder da organização, Plínio Salgado, visitou a cidade em setembro de 1934. O crescimento registrado pela AIB no Paraná foi vertiginoso, espalhando vários núcleos pelo estado (Marchette, 2010).

Um núcleo integralista de notabilidade no estado era o de Paranaguá, que contava com cerca de 700 filiados, entre eles, imigrantes italianos e alemães, além de maçons (Alves; Cavanna, 2016).

Para parte do empresariado local, como o grupo Todeschini, Ivo Leão, João Prosdócimo, entre outros, a adesão à Ação Integralista Brasileira foi robusta. Esses empresários incentivavam a publicação do jornal A Razão através de patrocínios (Athaídes, 2012, p.173).

A gestão de Manoel Ribas sofria críticas dos integralistas locais, que acusavam o governador de privilegiar elementos gaúchos em detrimentos dos paranaenses. A xenofobia era recorrente nos discursos integralistas no estado. Um dos alvos principais era Octávio da Silveira, Diretor de Educação na interventoria Ribas e conhecido por suas posições de esquerda.

A AIB alastrou-se pelo Paraná, contando com cerca de 53 mil membros. Seu desempenho eleitoral foi notável, elegendo muitos membros das câmaras dos vereadores e dois prefeitos.

A seguir, apresenta-se uma tabela contendo dados prosopográficos de 10 membros ou simpatizantes do integralismo no Paraná, contendo informações como o nome, o local e o ano de nascimento, os principais capitais políticos, econômicos e intelectuais destes agentes, bem como as conexões familiares e os títulos genealógicos que eles portavam.

TABELA 1- DADOS PROSOPOGRÁFICOS DE MEMBROS DO INTEGRALISMO NO PARANÁ

Nome, local e ano de nascimento	Capitais políticos, econômicos e intelectuais	Títulos Genealógicos e Conexões familiares
Brasil Pinheiro Machado, Ponta Grossa (PR), 1907	Formação: Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, 1930 Professor da Universidade do Paraná e da Universidade Católica do Paraná Prefeito de Ponta Grossa, 1932-1935 Deputado estadual (1935-1937) Procurador Geral do Estado do Paraná a partir de 1939 Interventor do Paraná (1946) Deputado Federal, PSD, (1948-1951) Conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná até 1966	Cardoso de Lima (nascimento, Vol.1946) Filho do Coronel Brasil Ribas Pinheiro Machado e de Maria Eugênia Pinheiro Machado. Sua mãe, Maria Eugênia Pinheiro Machado, é filha de Coronel Theodoro Carneiro Gonçalves Guimarães, natural de Castro (Negrão,1946, p.152);
João Alves da Rocha Loures Sobrinho Palmeira (PR), 1900	Formação: Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, 1923 Juiz em Clevelândia, Palmas e Curitiba Professor de Direito na Universidade do Paraná Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná a partir de 1951 Deputado Federal, Partido Republicano (1952-1954)	Filho de Jesuino Alves da Rocha Loures e de Francisca Ferreira de Siqueira Loures. Título Carrasco dos Reis (Negrão, 1926, p.463). Seu irmão, Josino Alves da Rocha Loures, foi deputado federal pelo Partido Republicano entre 1954 e 1958. Outros familiares: Affonso Camargo, ex-presidente do Paraná, Vespertino Ferreira Pimpão e Nilson Ribas, deputados estaduais pelo Partido Republicano (Pieruccini, 1995).
Josino Alves da Rocha Loures, Palmas (PR), 1910	Formação: Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, 1932 Vereador em Joinville, AIB, 1936 a 1938 Vereador em Londrina, Partido Republicano, 1947 a 1955 Deputado Federal, Paraná, Partido Republicano, 1955 a 1959	Irmão de João Alves da Rocha Loures Sobrinho, Título Carrasco dos Reis (Negrão,1926, p.463). Pai de Danton Richlin da Rocha Loures, médico e Professor da Universidade Federal do Paraná
Caetano Munhoz da Rocha Antonina (PR), 1879.	Deputado Estadual; Prefeito Paranaguá; Vice-presidente PR Presidente do Paraná 1920-1928	Título Carrasco dos Reis, família dos primeiros povoadores de Curitiba (Oliveira, 2000) Filho: Bento Munhoz da Rocha Netto, Governador do Paraná (1950-1954)

Raul Munhoz, 1875	General do exército Membro da Legião Revolucionária Paranaense. Deputado Federal, Liga Católica, 1934-1937 Dissidente do PSD e oposição a Manoel Ribas. Filiação à AIB	Portador do título Carrasco dos Reis (Negrão, 1926, p. 241) Filho do Comendador Alfredo Caetano Munhoz
Oliveira Franco Sobrinho, Curitiba, 1916	Formação: Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, 1936 Procurador-Geral do Estado, 1946 Presidente e Diretor da Caixa Econômica Federal do Paraná, 1950-1954 Deputado federal, PSD, 1954-1962 Secretário dos Negócios do Governo do Paraná (1955) Presidente do Instituto Nacional do Mate, 1964-1966 Professor da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná desde 1938 Juiz Federal	Rodrigues Seixas (Negrão, 1927), Familiares: Adolpho de Oliveira Franco, governador do Paraná, 1955-1956 Manoel de Oliveira Franco, Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, 1919; Secretário dos Negócios da Fazenda, Indústria e Comércio, deputado estadual, 1928-1930 João de Oliveira Franco, secretário de estado, interventoria Manoel Ribas
Jorge Lacerda, Paranaguá, PR, 1914	Formação: Faculdade de Medicina do Paraná, 1937 Faculdade de Direito de Niterói, 1949 Deputado Federal, Santa Catarina, Partido de Representação Popular, PRP, (1951-1956), Governador de Santa Catarina, PRP-UDN, 1956- 1958	Filho de Komninos Giorgis Lakierdis e de Anastácia Joanides Lakierdis, imigrantes gregos, Casou-se com Kyrana Atherino Lacerda, de descendência grega
Ernani Santiago de Oliveira, Curitiba, 1912	Formação: Faculdade de Direito do Paraná, 1937 Diretor Geral de Instrução Pública, governo interventor Clotário de Macedo Portugal, 1945-1946 Vereador, Curitiba, 1947-1955 Prefeito Interino de Curitiba, 1951 Prefeito Interino de Curitiba, 1954	Casado com Liamir dos Santos Hauer. Presidente do Clube Atlético Paranaense, 1968-1969 Título Rodrigues Seixas (Negrão, 1927, P.374) Filho do Engenheiro Civil Tiburcio Carvalho de Oliveira e neto de Maria Rufina Borges de Macedo e do Major João Carvalho de Oliveira Junior, combatente na revolução de 1893
Ivo de Abreu Leão, Curitiba, 1898	Formação: Engenharia Civil, Universidade do Paraná, Membro da Aliança Liberal Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda	Filho de Agostinho Ermelino de Leão Junior, ervateiro e fundador da empresa Leão Júnior & Cia e Sócio do cunhado Francisco Fontana.

	Membro do Conselho Consultivo de Estado do Paraná, 1931-1932 Presidente do Banco do Estado do Paraná, 1935 Presidente da Associação Comercial do Paraná. Membro do Partido Democrático Paranaense e do PSD	Proprietário do Palacete dos Leões, no Alto da Glória. Portador do Título Rodrigues de França (Negrão, 1928) Avô: Agostinho Ermelino de Leão, Presidente da Província do Paraná, fundador da Gazeta do Povo e Desembargador Bisavô: Manoel Antonio Guimarães, o Visconde de Nacar, vice-presidente da província. Outros familiares: Cândido Ferreira de Abreu, Prefeito de Curitiba, Ermelino de Leão, historiador, Manuel Francisco Correia, Senador do Império, Ildefonso Pereira Correia, o Barão de Serro Azul, o maior exportador de mate do Brasil
João Prosdócimo, Curitiba, 1883		Fundador das Lojas Prosdócimo, varejista no setor de eletrodomésticos e posterior marca de eletrodomésticos, a Refrigeração Paraná S/A (Refripar). Descendente de italianos de Vêneto

Fonte: Negrão, 1926, 1927, 1928, 1929, 1946, 1950; Oliveira, 2000, 1997; Nicolas, 1977, 1984; Dhbb Cpdoc Fgv, 2026.

Na análise dos dados referentes aos 10 membros da Ação Integralista Brasileira no Paraná, observa-se que os núcleos de concentração do movimento encontravam-se em Curitiba e em Ponta Grossa.

Outra característica relevante é a idade das principais lideranças do movimento em 1934, ano de intensa atividade dos integralistas em prol da organização da AIB no Paraná. Dos 10 nomes analisados, 3 acumulavam experiência e maturidade na vida política ou empresarial (Caetano Munhoz da Rocha, Raul Munhoz, 59 anos e João Prosdócimo, 51 anos). As outras 7 lideranças (Brasil Pinheiro Machado, João Alves da Rocha Loures Sobrinho, Josino Alves da Rocha Loures, Oliveira Franco Sobrinho, Jorge Lacerda, Ernani Santiago de Oliveira e Ivo de Abreu Leão) possuíam idades entre 18 e 36 anos, o que assinala a força das ideias integralistas em relação à juventude. Um dos centros que ecoaram esta ideologia é a Universidade do Paraná, entre os acadêmicos e professores no cenário intelectual da década de 1930.

Em relação à análise dos capitais políticos, constata-se que o integralismo paranaense visou recompor algumas oligarquias tradicionais ao poder político no cenário posterior à

Revolução de 1930. Este é o caso do ex-presidente do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha e dos irmãos Josino e João Alves da Rocha Loures, familiares do presidente deposto pela Revolução de 1930, Affonso Camargo. Os integralistas Oliveira Franco Sobrinho, Ivo de Abreu Leão e Raul Munhoz também possuíam relações de parentesco com políticos detentores de importantes cargos na República Velha e no período imperial, consolidando a dominação e a influência de longa duração.

A influência dos capitais econômicos e do empresariado é notável na lista de lideranças integralistas. Sobrenomes como Rocha Loures, Oliveira Franco, Leão e Prosdócimo marcam as posições da antiga classe dominante e dos capitais emergentes dos descendentes de italianos, simpáticos à ideologia fascista.

Na análise dos capitais genealógicos, dos 10 integralistas analisados, 8 portavam títulos genealógicos. O primeiro deles é o título Carrasco dos Reis. A família Carrasco dos Reis teve origem no Paraná com o capitão Balthazar Carrasco dos Reis, filho de Miguel Garcia Carrasco, natural de São Paulo e descendente de espanhóis. Balthazar foi bandeirante, juiz de órfãos em Parnahyba e um dos primeiros povoadores de Curitiba, recebendo sesmaria em 1661. Seu testamento, feito em Curitiba em 1697, confirma seu papel como elite colonial (Negrão, 1926, p.152). O título genealógico “Carrasco dos Reis” é portado por 4 dos 10 integralistas analisados (João Alves da Rocha Loures Sobrinho, Josino Alves da Rocha Loures, Caetano Munhoz da Rocha e Raul Munhoz).

O segundo título é o Rodrigues Seixas, portado por Oliveira Franco Sobrinho e Ernani Santiago de Oliveira. A família Rodrigues Seixas teve origem no Paraná com João Rodrigues Seixas, natural de Vianna (Portugal), que migrou ao Brasil em meados do século XVII e foi um dos primeiros povoadores de Curitiba. Em 1693, com a criação da vila, foi nomeado escrivão da Câmara, cargo que exerceu até sua morte em 1700. Seu filho, o capitão Antonio Rodrigues Seixas, casou-se com Maria Soares Paes, neta do capitão Balthazar Carrasco dos Reis, unindo as duas famílias fundadoras (Negrão, 1927, p.92).

Outro título é o Rodrigues de França, portado por Ivo de Abreu Leão. A família Rodrigues de França teve origem no Paraná com o capitão-mor João Rodrigues de França, nomeado em 1707 e confirmado por D. João V em 1711, tendo governado Paranaguá até 1715. Era descendente de ilustre família paulista, possuía fazendas de criação nos Campos Gerais e em Curitiba, além de minas de ouro em Arassatuba (Negrão, 1928, p.4).

Por sua vez, Brasil Pinheiro Machado é portador do título Cardoso de Lima. O título teve origem no Paraná com Domingos Cardoso de Lima, sargento-mor natural do Porto, Portugal, que residiu em Paranaguá e faleceu em 1775. Foi um dos maiores exploradores de minas de ouro da região, possuindo lavras em Morretes, Anhaya e Assunguy, acumulando enorme riqueza (Negrão, 1929, p.37).

Apenas Jorge Lacerda, descendente de imigrantes gregos, e João Prosdócimo, descendente de imigrantes italianos, não portavam títulos e conexões genealógicas de séculos com a classe dominante tradicional paranaense.

Considerações Finais

O integralismo emergiu no Brasil como uma reação à crise política desencadeada após a Revolução de 1930, articulando-se como alternativa às legiões tenentistas em declínio. Liderado por Plínio Salgado, o movimento estruturou-se em torno de um ideário nacionalista, autoritário e corporativista, sintetizado no lema “Deus, Pátria e Família”. Seu programa defendia a unidade nacional, o antipartidarismo e a organização da sociedade em bases hierárquicas, combatendo tanto o liberalismo quanto o comunismo. A ampla difusão de suas ideias, por meio de manifestos, da intelectualidade e da imprensa, permitiu rápida expansão, alcançando centenas de milhares de adeptos em todo o país e no contexto local.

Através da análise prosopográfica de 10 lideranças paranaenses, evidencia-se que a AIB agregou antigas oligarquias republicanas (como os Munhoz da Rocha e Rocha Loures), detentoras de títulos genealógicos coloniais (Carrasco dos Reis, Rodrigues Seixas, Cardoso de Lima), que buscaram na organização integralista um meio de preservar ou recuperar posições de poder frente à hegemonia do interventor Manoel Ribas. Nesse sentido, a rápida expansão da AIB no Paraná, que chegou a dezenas de milhares de filiados, deveu-se à capacidade de mobilizar capitais sociais, familiares e econômicos pré-existentes.

Em resposta ao crescimento da AIB no Paraná, Manoel Ribas combateu os integralistas com a proibição de símbolos como o sigma e a camisa verde, ordenando o fechamento de núcleos, sendo um dos governadores que mais combateu a AIB. O governador também abriu sindicâncias entre os policiais do estado “à caça de integralistas na corporação” (Athaídes, 2012, p.207).

Manoel Ribas justificava suas ações com o argumento de que era necessário combater atividades subversivas com estoques de armas praticadas pelos integralistas. Os membros da AIB, por sua vez, acusavam Ribas de perseguição. Em maio de 1936, o jornal integralista “A Offensiva” acusou Manoel Ribas de ser conivente e mancomunado com a ideologia comunista, pois teve atitudes dúbias em relação à Intentona Comunista, mantendo contato com líderes do levante (Athaídes, 2012, p.206).

Em um contexto marcado pelas disputas entre organizações comunistas e integralistas, a cidade de Ponta Grossa concentrava um número muito maior de integralistas, e associava o movimento com uma proposta intelectual que visava preparar a juventude para a atuação política (Marchette, 2010).

Ribas tinha atenção especial a esta cidade, pois Ponta Grossa era um dos seus redutos eleitorais. Sua família exercia influência econômica e política nessa região ao longo dos séculos, e sua hegemonia era ameaçada diante dos movimentos fascistas praticados por seus conterrâneos.

Mesmo diante da repressão ao movimento, observa-se que suas jovens lideranças lograram êxito político após o fim do Estado Novo. Todos os 7 jovens integralistas analisados na tabela com dados prosopográficos ocuparam importantes cargos políticos no decorrer das décadas de 1930, 1940 e 1950. Um deles, o futuro governador de Santa Catarina, Jorge Lacerda, manteve conexões com a ideologia de Plínio Salgado, organizando o Partido de Representação Popular (PRP) na década de 1950. Ainda que enfraquecida, as ideias integralistas ecoaram no cenário político e intelectual do Paraná e foram ressignificadas no decorrer das décadas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Luiz Fellipe; CAVANNA, Federico Alvez. Integralismo e Ação em Paranaguá (1932-1938). In: **Anais do XV Encontro Regional de História**. Curitiba, UFPR, 26 a 29 de julho de 2016.

ATHAIDES, Rafael. **As paixões pelo sigma: afetividades políticas e fascismos**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

ATHAIDES, Rafael. Um jornal fascista se olha no espelho: a imagem social do Integralismo no jornal A Razão (Curitiba, 1935). In: **Anais do VI Congresso Internacional de História**, 25 a 27 de setembro de 2013.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coords.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

BOURDIEU, Pierre. “O campo político”. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, p. 193-216, jan./jul. 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: DIFEL, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Câmara na História: O Código de 1932 e a segunda “primeira” legislatura. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/camara-na-historia-o-codigo-de-1932-e-a-segunda-201cprimeira201d-legislatura>. Acesso em: 20 abr. 2026.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Ernani de Oliveira. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/nossa-memoria/galeria-de-ex-presidentes/ex-presidentes/ernani-de-oliveira>. Acesso em: 20 abr. 2026.

CARNEIRO, David; VARGAS, Túlio. **História biográfica da república no Paraná**. Curitiba: BANESTADO, 1994.

CASA CIVIL. Caetano Munhoz da Rocha. Disponível em: <https://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Caetano-Munhoz-da-Rocha>. Acesso em: 20 abr. 2026.

DAGOSTIM, Maristela Wessler. **A república dos Conselhos: um estudo sobre a transformação do perfil da elite paranaense (1930-1947)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

DHBB CPDOC FGV. Brasil Pinheiro Machado. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/machado-brasil-pinheiro>. Acesso em: 19 abr. 2026.

DHBB CPDOC FGV. Josino Alves da Rocha Loures. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/josino-alves-da-rocha-loures>. Acesso em: 19 abr. 2026.

FECOMÉRCIO. O Legado Prosdócimo. Disponível em: <https://www.fecomerciopr.com.br/sala-de-imprensa/noticia/o-legado-prosdocimo/>. Acesso em: 20 abr. 2026.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **Classe dominante e jogo político na Assembleia Legislativa paranaense (1889-1930)**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

GRAPER, Wesley dos Santos. Os integralistas de Santa Catarina e a sucessão estadual de 1939. **Faces da História**, Assis/SP, v. 12, n. 1, p. 218-248, jan./jun. 2025.

LEVINE, Robert. **O regime de Vargas: os anos críticos, 1934-1938**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MARCHETTE, Tatiana Dantas. O integralismo na trajetória do historiador paranaense Brasil Pinheiro Machado na década de 30. In: **Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo/II Simpósio da LAHPS – Ideias e experiências autoritárias no Brasil contemporâneo**, 10 a 13 de maio de 2010.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. Jorge Lacerda. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1244-Jorge_Lacerda. Acesso em: 20 abr. 2026.

MONTEIRO, Lorena Madruga. Prosopografia de grupos sociais, políticos situados historicamente: método ou técnica de pesquisa? **Pensamento Plural**, Pelotas, n. 14, p. 11–21, jan./jun. 2014.

NEGRÃO, Francisco. **Genealogia Paranaense**. Volume 1º. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1926.

NEGRÃO, Francisco. **Genealogia Paranaense**. Volume 2º. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1927.

NEGRÃO, Francisco. **Genealogia Paranaense**. Volume 3º. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1928.

NEGRÃO, Francisco. **Genealogia Paranaense**. Volume 4º. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1929.

NEGRÃO, Francisco. **Genealogia Paranaense**. Volume 5º. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1946.

NEGRÃO, Francisco. **Genealogia Paranaense**. Volume 6º. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1950.

NICOLAS, Maria. **130 anos de vida parlamentar paranaense: 1854-1984**. Curitiba: Coordenadoria de Estudos e Promoções Especiais, 1984.

NICOLAS, Maria. **O Paraná na Câmara dos deputados (1853-1977)**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1977.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio das genealogias: classe dominante e estado no Paraná (1853-1930)**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

PIERUCCINI, Maria Cristina. **Os Rocha Loures: uma família paranaense em 300 anos de história**. Curitiba: Posigraf, 1995.

SCHMIDT, Walter Werner; FRANCO JR, Adolpho de Oliveira. **Adolpho de Oliveira Franco – Advogado do Paraná**. Curitiba: W.A. Editores, 2013.

SILVA, Hélio. **1935: A revolta vermelha (O ciclo de Vargas)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969. v. 8.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, 2011.

TJ PARANÁ. Des. João Alves da Rocha Loures. Disponível em: https://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset_publisher/V8xr/content/des-joao-alves-da-rocha-loures/397262. Acesso em: 19 abr. 2026.

FONTES

O DIA. ACÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. Curitiba, 23 mai. 1933.

O DIA. AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA – CONVITE. Curitiba, 19 jun. 1934, p. 8.

O DIA. Chegará hoje a esta capital Plínio Salgado, o chefe do integralismo nacional. Curitiba, 18 set. 1934.

O DIA. Curityba recebeu triumphalmente Plínio Salgado, o chefe do integralismo nacional. Curitiba, 19 set. 1934, p. 2.

O DIA. (notícia sobre a prisão de Caetano Munhoz da Rocha). Curitiba, 12 nov. 1930, p. 1.

CORREIO DO PARANÁ. A fallencia do governo. Curitiba, 17 ago. 1934, p. 1.

Recebido em: 25 maio 2026.

Aceito em: 2 junho 2026.